

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 1327

Data: 30.04.80

Pg.: _____

Xavantes saem feridos no confronto com fazendeiros

Da Sucursal
e do Correspondente

Pelo menos quatro índios xavantes saíram feridos dos choques entre os indígenas da reserva de Pimentel Barbosa (MT) e fazendeiros da região, informou ontem em Brasília o superintendente da Funai, Otávio Ferreira Lima. Cerca de mil índios xavantes iniciaram ontem, como haviam prometido, a demarcação de suas terras sem a presença da Funai.

Segundo o superintendente do órgão indigenista, as informações são procedentes de Barra do Garças e Cuiabá, já que os indígenas cortaram as comunicações da reserva com Brasília. A Funai, disse Otávio Ferreira Lima, não vê perigo do incidente maior "pois já tomou todas as providências", negando-se entretanto a dizer quais teriam sido essas providências.

Em Pimentel Barbosa, os líderes xavantes das comunidades de Nomukurá, São Marcos, Areões, Sangradouro, Couto Magalhães, Kuluene e Marechal Rondon estão reunidas desde o final desta semana. Cada um destes líderes foi acompanhado de cinco guerreiros e, segundo o cacique Martinho de Couto Magalhães, "estão todos prontos para brigar". A demarcação das terras foi decidida pelos caciques na última quinta-feira, já que a Funai não atendeu ao "ultimatum" dos indígenas — cujo prazo esgotou-se segunda-feira passada — para que o órgão demarcasse as terras, ampliando em mais 80 mil os 250 mil hectares previstos pela lei.

Nesta área existem atualmente 45 fazendas mas com a alteração dos limites reivindicada pelos xavantes, a nova área atingiria mais oito fazendas, entre elas a União de Táxis Aéreos e a fazenda de Waldênio Lopes, ex-funcionários da Funai. O grande problema, informam funcionários da Funai, decorre de uma antiga alteração de limites feita por cinco funcionários do órgão que mudaram os nomes e a localização dos rios da área indígena, favorecendo fazendeiros e funcionários da Funai.

PRESENÇA DA POLÍCIA

Atendendo a um comunicado do ministro da Justiça, Ibraim Abi Ackel, segundo se informou ontem em Cuiabá, o governo do Mato Grosso determinou o envio de um pelotão da Polícia Militar para a área de Pimentel Barbosa "para ajudar a Polícia Federal, que conta com dez agentes na região". Segundo afirmou ontem o secretário do Interior e Justiça, Domingos Sávio Brandão, pouco antes de partir para Brasília, onde prestará depoimento na CPI sobre a agropecuária na Amazônia, na Câmara Federal, a situação é crítica na área prevendo "graves conflitos na região, até com derramamento de sangue" e informando que os fazendeiros estão armados e que contam com jagunços para expulsar os indígenas da área.

Segundo o secretário, os xavantes ameaçam invadir 36 fazendas e cerca de 34 posses de terras, num total aproximado de 80 a 100 mil hectares de terras, informação que não foi confirmada em Cuiabá por funcionários da Funai.

VERSÕES

A Sociedade Brasileira de Indigenistas e a Funai distribuíram ontem à tarde, em Brasília, notas oficiais apresentando versões diferentes sobre o conflito armado em Pimentel Barbosa. A nota da SBI responsabiliza o órgão tutor por qualquer morte que venha a ocorrer, afirmando que "a Funai já tinha conhecimento do problema desde o dia 24 de abril, não tendo tomado nenhuma providência" e denuncia o órgão de exercer pressões contra os membros da Sociedade Brasileira de Indigenistas, "principalmente contra o nosso presidente, José Porfírio de Carvalho".

"Da mesma maneira como o órgão

luta para evitar tensões em áreas indígenas, não permitirá que os índios alterem, de conta própria, os limites de suas terras", diz a nota da Funai. Esclarece o presidente do órgão, coronel Nobre da Veiga, que o problema daquela área "já está definido por lei, desde que existe decreto presidencial regulando o assunto".

DENUNCIA NA CPI

Pouco antes de deixar Cuiabá, o secretário Domingos Sávio Brandão afirmou que denunciará hoje perante a CPI da Câmara Federal "a ação indiscriminada e subversiva de elementos da Funai, as omissões criminosas, o dolo de sua reconhecida inoperância e ineficiência em demarcar suas imensas reservas, a voracidade em aumentar suas áreas mato-grossenses para encobrir sua incapacidade em demarcá-las e a insaciabilidade do órgão indigenista em cumprir sua missão legal além de incentivar invasões em novas áreas, fomentando o caos social em Mato Grosso".